

**Os 20 anos da II Conferência Nacional da Educação do Campo e a batalha cultural no  
campo, na educação e nas políticas públicas, pela garantia de direitos**

*The 20th anniversary of the 2nd National Conference on Peasants Education and the cultural  
battle in the countryside, in education and in public policies, for the guarantee of rights*

Clarice Aparecida dos Santos  
**Universidade de Brasília (UnB)**  
Brasília/DF - Brasil

**Resumo**

Nos últimos 20 anos produziu-se uma onda progressista no Brasil e na América Latina capaz de afirmar e consolidar direitos, bem como de apresentar novos direitos, por um período de uma década e meia de governos progressistas no Brasil (2002-2015). Também em reação a essa onda progressista, tem-se um período de retrocessos e ataques a esses direitos, comandado pelas forças da extrema direita conservadora de matriz neoliberal (2016-2022), que persistem na ofensiva, mesmo após uma nova reação das forças progressistas que emergiram das eleições presidenciais de 2022. Ante o exposto, o presente estudo teve por objetivo enunciar o conteúdo do balanço acerca do escalonamento da ofensiva do “agro” sobre os territórios camponeses e suas organizações e sobre o ideário cultural, do potencial das políticas públicas e do projeto da Educação do Campo ao seu enfrentamento na atual correlação de forças.

**Palavras-chave:** Batalha cultural; Conquistas; Retrocessos; Desafios.

**Abstract**

Over the past 20 years, Brazil (and Latin America) has experienced a progressive wave that both affirmed and consolidated existing rights and created new ones, during a decade and a half of progressive governments in Brazil (2002-2015). However, this was followed by a reactionary period marked by setbacks and attacks on these rights, driven by forces of the conservative extreme right with a neoliberal agenda (2016-2022), which continue to be aggressive, even after a resurgence of progressive forces emerging from the 2022 presidential elections. In view of the above, this paper aims to outline the assessment of the escalation of the agribusiness offensive on peasant territories and their organizations, as well as on cultural ideology; and to evaluate the potential of public policies and the Peasants Education project in relation to their current confrontation within the prevailing power dynamics.

**Keywords:** Cultural Battle; Achievement; Setbacks; Challenges.

## 1 Introdução

*La justicia y la igualdad siempre son esperanza. El resentimiento, el escarnio y el racismo no pueden serlo. Eso es la derecha, que quiere construir un mundo futuro fundado en la bilis y el odio. Nosotros, por el contrario, tenemos que construir un mundo alegre, fundado en la justicia y en la igualdad. (Álvaro García Linera).*

Os 20 anos passados desde a II Conferência Nacional de Educação do Campo (2004) se constituem em um tempo suficientemente longo para ordenar uma possível e necessária reflexão sobre as políticas, os programas, os processos e as práticas educativas construídas pelo movimento da Educação do Campo.

Em tal período, a sociedade brasileira avançou significativamente em relação ao reconhecimento dos direitos sociais e sua transformação em ação no Estado de Direitos. Avançou igualmente em relação à própria consciência cidadã, camponesa, ribeirinha, pescadora, extrativista, entre outras tantas consciências acerca do reconhecimento, no campo das políticas públicas, da pluridiversidade populacional no que tange aos aspectos de território, identidade, etnia, raça, gênero, sexualidade e geração, tensionando os limites do Estado e a própria sociedade brasileira, historicamente refratários ao alcance dos direitos das classes populares em suas mais diversas formas de produção e reprodução da vida.

Ante o exposto, o presente estudo se refere à fração das classes populares que vivem do campo, das águas e das florestas, na sua forma diversa de existir e lutar – direito fundamental de que tomaram posse, para continuar existindo. O faço na companhia do educador Miguel Arroyo e do cientista social e ex-vice-presidente do estado plurinacional da Bolívia, Álvaro García Linera, a partir dos estudos aqui apontados em lista referencial, que apresentam elementos centrais para a compreensão dos acontecimentos históricos pelos quais o Brasil atravessou nos últimos anos.

Nos últimos 20 anos produziu-se uma onda progressista no Brasil e na América Latina capaz de afirmar e consolidar direitos, bem como de apresentar novos direitos, por um período de uma década e meia de governos progressistas (2002-2015); e, em reação a essa onda progressista, tem-se um período de retrocessos e ataques a esses direitos comandado pelas forças da ultra direita conservadora de matriz neoliberal (2016-2022), que persistem na ofensiva, mesmo depois de uma nova reação das forças progressistas que emergiram das eleições presidenciais de 2022.

A primeira onda progressista, que pode ser demarcada pelo período 2003-2015, dos governos Lula I e II e Dilma I e II, não nasce, a rigor, com a eleição de Lula para seu primeiro mandato presidencial. Ao contrário, a eleição é um fenômeno específico, produto de uma onda de organização e mobilização popular que se dá a partir do movimento constituinte, se desenvolve progressivamente desde meados do governo Fernando Henrique Cardoso (década de 1990), e se alastra como reação à crise do projeto neoliberal que produziu os mais altos índices de desemprego, pobreza, fome, e quando as políticas compensatórias já não eram mais capazes de enfrentar a profunda crise social que amargurava o povo brasileiro.

No campo, as lutas dos trabalhadores rurais pela superação do peleguismo nos sindicatos; as ocupações de terra na luta pela Reforma Agrária Brasil afora, a organização das mulheres trabalhadoras rurais pela consolidação de direitos trabalhistas e previdenciários próprios, e as lutas dos povos indígenas e quilombolas pelo reconhecimento de seus territórios, “temperou um caldo” de cultura organizativa e exigência democrática, de onde emergiu a indissociável luta pela educação como uma condição para a emancipação coletiva dos trabalhadores como classe.

A luta dos camponeses por uma educação organizada pelos próprios camponeses é o fenômeno mais importante da história da educação no Brasil do período supracitado até os dias atuais. Tal luta se dá em um país que até hoje não superou os altos índices de analfabetismo no campo, desaguando no nascimento de um projeto educativo para se contrapor ao projeto hegemônico dominado e controlado pelos interesses do capital instalados no Estado brasileiro, que se reorganiza e se remodela para se adaptar aos novos movimentos, de tempos em tempos, sem alterar sua essência.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em abril de 1998, é o primeiro fruto do período em comento, que, por natureza, pode ser reconhecido como a maior e mais longeva política pública de educação dos camponeses no Brasil, gestada desde as lutas outrora comentadas.

A Licenciatura em Educação do Campo é o segundo fruto, já como estuário das experiências de cinco anos do PRONERA desenvolvidas pelos movimentos sociais e sindicais junto com as universidades e escolas da Educação Básica e que se organizaram como articulação nacional na I Conferência Nacional de Educação do Campo, em julho de 1998 e, posteriormente, na II Conferência Nacional de Educação do Campo, em agosto de 2004.

Desta Conferência, amadurecida e estimulada pelas esperanças renovadas na política, emergiu um manancial de possibilidades que alimentaram a ação política do movimento da Educação do Campo por duas décadas.

Tem-se aí duas grandes conquistas no que tange ao viés da política pública na instituição de direitos desta primeira onda progressista, bem como um quantitativo considerável de estudos analisando tal questão em suas múltiplas dimensões e na sua importância definitiva para os avanços substantivos no processo de elaboração de um projeto educativo profundamente vinculado aos desafios inerentes a um novo projeto de campo que vem do polo do trabalho.

Para além destas e, de modo preciso, em razão destes avanços na contradição das relações entre o Estado e a sociedade civil organizada, retoma-se a articulação entre os movimentos e as organizações sociais e sindicais populares e as instituições de ensino que deságua na criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) (2010) – um intelectual coletivo organizado em torno de um projeto que envolve a formação dos intelectuais orgânicos camponeses.

Assim, importou, no presente estudo, enunciar o conteúdo de um balanço acerca do escalonamento da ofensiva do “agro” sobre os territórios camponeses e suas organizações e do potencial que carregam as políticas públicas e a organização social e política do movimento da Educação do Campo, quando estressados no contexto do projeto político do capital associado ao neoconservadorismo e pelas políticas educacionais que emergiram do aprisionamento da educação pública pelas empresas, pelas alas eclesiais conservadoras e pelos militares – característica do período (2016-2022) de retrocessos vivenciados. E ainda, buscou-se analisar o processo para extrair os aprendizados que subsidiaram o percurso, nas condições objetivas e subjetivas da atualidade e na correlação de forças que erigiu como resultado dessas condições. De fato, o conteúdo do balanço e a análise dos elementos centrais do processo aqui proposta são frutos de uma jornada coletiva junto ao FONEC. A metodologia de eleição dos elementos centrais e da análise seguiram os princípios do materialismo histórico-dialético, uma vez que se buscou compreender o processo histórico da educação brasileira desde as classes populares do campo em movimento, relacionando-se com o contexto geral da sociedade em meio às contradições e os conflitos, na perspectiva de superação da condição histórica de subalternidade.

## **2 A batalha político-cultural no campo brasileiro**

Analisar o movimento da Educação do Campo exige a compreensão do que se dá com os territórios camponeses atravessados por conflitos na esteira da disputa de projetos entre as estratégias do capital na perspectiva da acumulação e as estratégias dos camponeses e suas organizações para garantir as condições de produção da existência humana, aprendendo e se relacionando com a natureza, mediada pelo trabalho, pelo conhecimento e pela tecnologia (técnicas, processos, métodos e instrumentos) agregados à atividade humana.

Ao mesmo tempo, tal reflexão exige uma (auto) crítica acerca dos limites da primeira onda progressista no enfrentamento à crise de acumulação do capital que impõe o avanço sobre os territórios camponeses, ao lado da emergência de projetos políticos radicais de direita que evidenciam a falência da estratégia neoliberal com base no princípio do mercado como o “ente” capaz de apresentar soluções definitivas para os problemas sociais (Linera, 2022) – o mercado somente produz o seu agravamento.

Os últimos seis anos foram cruciais para os povos do campo, das águas e das florestas. Desde o golpe de 2016, e o seu aprofundamento, a legislação ambiental foi não somente infringida, quando não, desconstituída, de sua efetividade via mecanismos infra legais, em um verdadeiro “estouro de boiada”. A liberação para a posse de armas virou política de Estado e sua larga utilização para atacar e assassinar lideranças e servidores públicos encarregados de fiscalizar, foi autorizada; milícias passaram a atuar livremente, sob o incentivo do governo desse período e sob a batuta de um ex-dirigente da União Democrática Ruralista (UDR) de triste memória histórica, alçado à autoridade no Ministério da Agricultura. Tudo isso em prol do avanço dos negócios agropecuários, mineradores e madeireiros sobre os territórios camponeses, indígenas e quilombolas.

Agravado por um longo período de pandemia, onde os movimentos, os sindicatos e as organizações populares encontravam-se limitados em termos de ação, formou-se a tempestade perfeita para o avanço das forças do capital, no campo, e para a disseminação das ideias negacionistas em relação ao novo Coronavírus, ao agravamento das questões climáticas e ambientais, por dentro das igrejas, das redes sociais e da mídia conservadora.

As conquistas dos povos do campo – direitos trabalhistas e sociais, assentamentos de trabalhadores rurais e demarcação de territórios indígenas e quilombolas – da primeira onda foram severamente ameaçadas, quando não, desconstituídas.

Por outro lado, é preciso refletir sobre o que e como os camponeses foram capazes de produzir em termos de resistência, acúmulo organizativo e processo formativo, dos quais foram protagonistas.

Os assentamentos, as unidades da agricultura familiar camponesa, em especial, aqueles vinculados à movimentos sociais, sindicais e organizações populares, compreenderam a importância da busca de unidade com outras forças sociais fora dos territórios camponeses. Dedicaram-se aos estudos, à formação e à organização local nos assentamentos e na agricultura familiar, com foco na produção e na busca de alternativas para incrementá-la na perspectiva da comercialização e distribuição – individual e/ou cooperada – de seus produtos.

A partir dos estudos e do processo formativo acessados no níveis médio e superior, e detendo um corpo técnico e intelectual formado a partir das iniciativas desenvolvidas junto às universidades e escolas técnicas (grande parte, via PRONERA), aprofundaram-se tanto na pesquisa quanto na produção sobre as questões alimentar e ambiental, bem explorando as condições favoráveis na busca por alimentos orgânicos e/ou produzidos nas tecnologias associadas à agroecologia, alimentação de qualidade e saudável – que vem ganhando espaço na sociedade –, além de implementar mecanismos de relação ampla com essa parcela da sociedade, por meio de feiras, mercados, armazéns etc.

Superando a estrita relação produtor-consumidor, ganharam espaço para aprofundar as relações em outras dimensões, quais sejam: cultura; educação; conhecimento; desenvolvimento de tecnologias não subordinadas ao capital e ao mercado; qualificação do tema da produção de alimentos no país e sua centralidade na luta dos camponeses, abrindo novas perspectivas e ampliando as possibilidades de afirmação da necessidade de um projeto de Reforma Agrária associado a um novo projeto de país, que provoque mudanças na sociedade como um todo.

O período da pandemia do novo Coronavírus foi especialmente definitivo para essa compreensão, a partir das iniciativas de distribuição de alimentos por meio de marmitas e cozinhas solidárias desses territórios para as populações das periferias das grandes e pequenas cidades do interior do país – as mais prejudicadas pelos efeitos do isolamento social. Além disso, foi importante aprender dos povos indígenas e das comunidades quilombolas suas formas de proteção e cuidado com seus povos, em meio às grandes

tragédias.

O saldo desse período, por um lado, é trágico nas suas mais diversas dimensões: econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, sendo evidenciado os resultados imediatos com o agravamento de tragédias climáticas nacionais e a disputa da interpretação dos novos fenômenos. Por outro lado, abriram-se, na história, algumas réstias de fachos de luz sobre a realidade de um país que precisa do campesinato, dos povos indígenas e quilombolas, se quiser sobreviver como espécie – mais que sobreviver, resgatar sua humanidade.

### **3 A batalha cultural no campo da educação**

*A educação em nossa história não consegue se libertar dessa função política imposta pelo Estado de Mercado e questionada nos valores, na lógica do mercado: formar desde as infâncias à vida adulta para a inserção hierárquica no mercado do trabalho e no mercado hierárquico das condições sociais, materiais de vida humana. (Miguel Arroyo)*

A Educação do Campo não pode ser analisada apartada do contexto em comento, considerando que se trata da educação de crianças, jovens e adultos que vivem e dependem das condições do território para viver – território detentor de vida, de pessoas. Envolve as relações entre a educação e o território e o território e sua pluridiversidade humana, tendo o trabalho como base central de sua existência, pois é ele quem a produz e, ao gerar as condições de produção e reprodução da vida, forma.

Como pensar a educação como formação humana em ambientes conflagrados, inflamados e convulsionados pela negação dos direitos à terra, aos meios de produção, aos meios de trabalho e ao próprio conhecimento como fator de emancipação humana?

Entre as condições subjetivas a que se vincula o processo de formação humana, a educação pública foi submetida às funções demandadas pela crise social: a ideologia do empreendedorismo, da meritocracia e da autoajuda, como resume Arroyo (2023, p. 15):

[...] cada grau, degrau, nível escolar, exige-se e espera-se que forme nas competências, habilidades, saberes, valores, identidades do nível, grau, degrau do mercado de trabalho em que poderá e merecerá ser incluído cada membro de cada coletivo social-étnico-racial, de gênero, classe de trabalhadores. O sistema escolar reforçando as hierarquias de classe, de mercado.

A educação como direito subjetivo, tal como inscrito na Carta Magna de 1988, foi submetida a uma carga de pressão do capital, pelas suas fundações, e do conservadorismo, por meio das igrejas e dos militares. A disputa pelo ideário, pelos valores universais, pelo conteúdo e pelo método, se instalou no sistema educacional público – escolas e

universidades – instituindo: modelos educacionais empresariais na pedagogia e na gestão; modelos autoritários no controle da infância e da juventude pelas escolas cívico-militares; e, modelos conservadores na reivindicação do direito às famílias, em especial, de classe média e burguesia conservadoras, de “escolarizar” seus filhos (*homeschooling*).

Tais “novos” delineamentos impostos à educação se relacionam ao arcabouço autoritário, característico destes tempos: a conformação e os arranjos individuais fora da luta coletiva, antagônicos à construção de um projeto educativo reivindicado pelos povos, legitimado e positivado como direito.

No campo da Educação do Campo, em que pese o contexto extremamente adverso para o campo progressista e em que pese a regressividade das condições de luta por que passou desde o período do golpe de 2016, o balanço deve submeter à prova as políticas implementadas, especialmente, o PRONERA e a Licenciatura em Educação do Campo. Trata-se das duas políticas de maior repercussão territorial e política.

No que se refere ao PRONERA, a II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (2015) demonstrou que, no período 1998-2011, foram alfabetizados, escolarizados e formados em nível médio técnico e nível superior, mais de 190 mil camponeses. Trata-se de um contingente populacional significativo dos territórios rurais que teve acesso à educação formal determinante para qualificar o enfrentamento da batalha destes tempos no campo.

São milhares de profissionais de nível superior nas mais diversas áreas do conhecimento, quais sejam: Ciências Agrárias, Licenciaturas, Pedagogias, Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciências Jurídicas e Ciências da Saúde, ao lado de outros milhares de profissionais de nível médio técnico em Agropecuária, Agroecologia, Agrofloresta e Administração de Cooperativas, que hoje atuam em suas comunidades, associações e agroindústrias, em âmbito local, regional e nacional, elevando o nível de compreensão dos problemas, de posse dos instrumentos técnicos e qualificados para a busca de soluções a partir de novas bases científicas e populares.

A Licenciatura em Educação do Campo, conquista direta da II Conferência Nacional de Educação do Campo, foi instituída em 38 universidades federais e já formou, no período 2009-2023, mais de 7 mil educadores, para os níveis mais elevados da Educação Básica e para a gestão nas escolas do campo.

Foram estes profissionais e educadores, com suas organizações, que sustentaram,



dentro das escolas ainda existentes (sim, dezenas de milhares de escolas foram fechadas neste mesmo período) e nos territórios, os princípios da Educação do Campo – um projeto formativo de acordo com a realidade e os desafios das comunidades e dos territórios, e organizaram a resistência ao arcabouço autoritário (que persiste) aqui evidenciado.

#### **4 A batalha dos (não tão) novos tempos das políticas públicas**

*As tradições autoritárias de um Estado de mercado, do capital já apontam que impõem mecanismos de persistências (Miguel Arroyo)*

As conquistas e os expressivos desafios persistentes estão atravessados pelo delineamento das políticas educacionais do período analisado, marcado pela disputa sobre o fundo público no Brasil contemporâneo e sobre o ideário da sociedade. Evidenciam-se em três políticas instituídas no período pós golpe e governo Bolsonaro, a saber: 1) o “novo” Ensino Médio; 2) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e, 3) a Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica.

Trata-se de uma estratégia abrangente do traçado da política educacional necessária aos tempos autoritários que demonstra uma totalidade da ofensiva neo (ou ultra) liberal desde a Educação Básica até a Educação Superior, com destaque para a formação da juventude (nível médio), demarcadas claramente a serviço da ideologia do empreendedorismo e da meritocracia e para a formação de educadores destituída da base teórico-pedagógica, centrada na didática acrítica, padronizada.

O PRONERA e a Licenciatura em Educação do Campo, embora não tenham sido extintos, foram testados na sua natureza de política pública com forte acento progressista, e resistiram, por distintas razões. O primeiro, por exemplo, esteve ameaçado no primeiro ano do governo Bolsonaro, na (des) montagem da nova estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – órgão executor do Programa –, sob o comando dos militares, e abrigado no Ministério da Agricultura, sob a direção dos ruralistas. A minuta do Decreto que instituiu a nova estrutura extinguiu a Coordenação de Educação do Campo e, por conseguinte, o PRONERA. O que impediu sua extinção foi a condição de sua instituição em Lei (art. 33 da Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012) (Brasil, 2012) e do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 (Brasil, 2010), aliado a um forte movimento do FONEC. Mantido, foi relegado a estrutura e orçamento mínimos. Neste particular, a mobilização do FONEC por orçamento via emendas parlamentares permitiu que atravessasse o período sombrio com o mínimo de recursos para financiar alguns cursos. E ainda, a Comissão

Pedagógica Nacional (CPN) foi extinta no âmbito do Decreto publicado como uma das primeiras e emblemáticas ações do governo Bolsonaro – o Decreto anti-povo que eliminou todos os Conselhos que incorporavam a sociedade civil na definição e no controle das políticas públicas.

As Licenciaturas em Educação do Campo, por seu turno e no período em comento, já haviam passado a cursos regulares nas Instituições de Ensino Superior (IESs) – universidades e Institutos Federais (IFs) – e resistiram. Porém, desidratadas de orçamento específico para o financiamento da alternância, passaram por uma fase crítica, de consequências que ainda persistem.

Com o início do governo Lula, em 2023, no âmbito do PRONERA, algumas iniciativas demarcaram a retomada das políticas construídas com participação popular, quais sejam: a recomposição da CPN; a mobilização das instituições de ensino e dos movimentos sociais e sindicais populares; e, o reajuste dos valores aluno/ano e o reajuste do valor das bolsas para educandos e educadores. Porém, ainda persiste, no segundo ano do referido governo, o mesmo orçamento e a mesma estrutura como herança maldita.

Em relação às Licenciaturas em Educação do Campo, o Ministério da Educação (MEC) aportou recursos para o financiamento da alternância, mas ainda aquém das reais necessidades dos cursos.

De fato, ainda que haja mobilização e ação política pela reconstrução dessas políticas, o período (ainda que curto) de desmonte do Estado de Direitos se revelou eficiente na “[...] realidade tão persistente em nossa história política de tradições autoritárias mais do que democráticas” (Arroyo, 2023, p. 3).

Tem-se, então, um questionamento necessário advindo dos educadores da Educação do Campo e dos servidores públicos comprometidos com a agenda de avanços e conquistas sociais (também) por dentro das políticas públicas e que resistiram ao período sombrio: por que as forças populares do campo da educação e, particularmente da Educação do Campo, ainda não lograram avançar ou recuperar, no todo, as conquistas do período anterior?

As organizações empresariais da educação gravitam em torno dos órgãos de elaboração de políticas educacionais (quando não habitam); e, aliadas aos movimentos do conservadorismo instalados no Congresso Nacional, disputam diuturnamente o governo, por meio da chantagem, amealhando, para seus interesses, grande parte do orçamento

público.

Impondo severas restrições orçamentárias às políticas de cunho popular (o PRONERA e as Licenciaturas em Educação do Campo, por exemplo), avançam nas ações de privatização das escolas públicas, na política de militarização das escolas públicas, na regulamentação da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica e no financiamento das organizações empresariais por dentro dos sistemas de ensino.

As formas tradicionais de pressão popular sobre o Estado já encontram seus limites e não são suficientes para barrar o curso da destruição.

### **5 Considerações provisórias sobre reflexões permanentes**

Assinaram o Documento Final da II Conferência Nacional de Educação do Campo, em 6 de agosto de 2004, 35 entidades, entre as quais: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB); Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA); Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs); Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR) (Sul/Norte), além de órgãos governamentais, tais como: INCRA; MEC; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), e Organismos Internacionais (OIs), tais como: *United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF)*; e, *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)*.

Tal Documento afirma cinco itens sobre “O QUE QUEREMOS”, a saber:

1. Universalização do acesso da população brasileira que trabalha e vive no e do campo à Educação Básica de qualidade social por meio de uma política pública permanente que inclua como ações básicas:
  - fim do fechamento arbitrário de escolas no campo;
  - construção de escolas no e do campo;[...].
2. Ampliação do acesso e garantia de permanência da população do campo à Educação Superior por meio de uma política pública permanente que inclua como ações básicas:
  - interiorização das Instituições de Ensino Superior, públicas, gratuitas e de qualidade;
  - formas de acesso não excludentes ao ensino superior nas universidades públicas;
  - cursos e turmas específicas para atendimento das demandas de profissionais do campo;
  - concessão de bolsas de estudo em cursos superiores que sejam adequados a um projeto de desenvolvimento do campo;
  - inclusão do campo na agenda de pesquisa e de extensão das universidades públicas;
  - financiamento pelo CNPq para pesquisas na agricultura familiar/camponesa e outras formas de organização e produção das populações do campo [...].

*Os 20 anos da II Conferência Nacional da Educação do Campo e a batalha cultural no campo, na educação e nas políticas públicas, pela garantia de direitos*

3. Valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo por meio de uma política pública permanente que priorize:

- formação profissional e política de educadores e educadoras do próprio campo, gratuitamente;

[...].

4. Formação de profissionais para o trabalho no campo por meio de uma política pública específica e permanente de:

- cursos de nível médio e superior que incluam os jovens e adultos trabalhadores do campo e que priorizem a formação apropriada para os diferentes sujeitos do campo;

- uso social apropriado das escolas agrotécnicas e técnicas atendendo às necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras do campo

- fortalecimento das equipes técnicas;

- implementação de novos formatos de cursos integrados de ensino médio e técnico tomando como referência a sociobiodiversidade;

- formação e qualificação vinculadas a Educação do Campo junto às universidades, construídas coletivamente com os sujeitos do campo, às equipes técnicas contratadas e aos órgãos públicos responsáveis pela assistência técnica;

- proposta de agenda específica para os institutos de pesquisa sobre agricultura familiar/camponesa e outras formas de organização e produção das populações do campo.

5. Respeito à especificidade da Educação do Campo e à diversidade de seus sujeitos (II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, 2004 *apud Santos et al.*, 2020, p. 198-201).

Tal diversidade de coletivos humanos apresenta formas específicas de produção de saberes, conhecimentos, ciência, tecnologias, valores, culturas etc. A educação desses diferentes grupos tem especificidades que devem ser respeitadas e incorporadas nas políticas públicas e no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Educação do Campo, como, por exemplo, a pedagogia da alternância.

Analisando em perspectiva 20 anos depois, é possível afirmar que parte razoável do que queriam aqueles sujeitos, eles mesmos, pela sua persistente e teimosa participação junto às instituições governamentais, participaram da criação e implementação. Entre elas, parte foi assumida pelo PRONERA, no âmbito do MDA/INCRA. Dizem respeito à ampliação e diversificação de cursos e turmas específicas para a formação de jovens e adultos nas IESs, e aos cursos de nível médio e superior para os trabalhadores do campo, priorizando a formação apropriada para os diferentes sujeitos.

Uma ação do Programa em comento, denominada Residência Agrária, viabilizou a concessão de bolsas de estudo e em cursos de Especialização, onde, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período 2012-2015 envolveu mais de 40 IES e mais de 2000 trabalhadores, técnicos e estudantes de cursos superiores que atuaram em estágio e ações de extensão nas áreas de Reforma Agrária e

Agricultura Familiar – o que estimulou a inclusão do campo na agenda de pesquisa e de extensão das universidades públicas.

Outra parte importante foi instituída como política pública coordenada e executada pelo MEC. A valorização dos profissionais e a formação específica de educadoras e educadores do campo foi a base para a criação do PROCAMPO – Licenciaturas em Educação do Campo – e a formação continuada por meio da Escola da Terra e o PROJOVEM Campo – Saberes da Terra.

Concorreram favoravelmente para a ampliação da oferta de Ensino Médio técnico e Superior os programas de expansão das universidades para o interior do país; e, no campo da formação profissional, tem-se a criação dos Institutos Federais, com a ampliação do número de campus – o que assegurou uma extensa territorialização, inclusive, para dentro dos territórios camponeses, em áreas de assentamentos da Reforma Agrária.

No entanto, nossa (de)formação originária como sociedade, como projeto inconcluso de nação, a respeito do que ensina Florestan Fernandes, não permite superar grandes obstáculos à elevação do Brasil à condição de nação: o alto índice de pessoas analfabetas, a baixa escolarização e o processo violento, silencioso e rápido de fechamento de escolas no campo.

A face das 11,4 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever é de camponeses, negros e adultos de idade mais avançada da Região Nordeste. A dívida histórica com esta questão será sempre e até que haja ousadia para superá-la, motivo de ultraje, indignidade para o país e para a própria Educação do Campo. Para superá-la, faz-se importante despir-se das burocracias e dos acordos que condenam à pobreza e ao limbo, culminando nas políticas para os pobres, em prol de um projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a participação dos sujeitos coletivos – movimentos sociais, sindicais e organizações populares – na sua concepção e implementação.

Um novo governo pressupõe a construção de novos acordos sobre novas bases. As novas bases dizem respeito à escolha dos interlocutores que, ao mesmo tempo, contribuirão para a elaboração de novas políticas, dos instrumentos para sua execução, e que sustentarão sua implementação. No âmbito do presente estudo, os interlocutores se referem aos sujeitos coletivos – movimentos sociais, sindicais e organizações populares – como aqueles que tomaram nas mãos a responsabilidade sobre seu destino e foram às ruas para defender o Estado Democrático de Direitos que conquistaram.

O enfrentamento ao processo de fechamento de escolas no campo e a construção de escolas ainda exige um debate qualificado do Governo Federal com os entes – Estados e municípios – e do próprio FONEC. É preciso compreender a dinâmica do fechamento de escolas em relação ao esvaziamento dos territórios, *pari passu* com uma estratégia que envolva quatro componentes, quais sejam: 1) Construção de escolas de Educação Básica – da Educação Infantil ao Ensino Médio, no campo, naqueles territórios de alta concentração de unidades de assentamentos, agricultura familiar e comunidades tradicionais; 2) Priorização do Ensino Médio técnico integrado e técnico subsequente; 3) Formação técnica nas áreas de conhecimento, de acordo com as dinâmicas locais e regionais; e, 4) Estrutura adequada das IES para o acesso ao Ensino Superior daqueles que vivem e trabalham no campo, sem que seja necessário migrar para a cidade.

Um debate qualificado exigirá avaliar um fato inquestionável: a formação de milhares de professores em nível superior nas mais diversas áreas do conhecimento não garantiu a inserção de tais profissionais nas escolas do campo, bem como não impediu o curso interminável do fechamento das escolas do campo. Sobre a questão, segundo dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (Brasil, 2024), nos últimos 21 anos (2000-2021), tem-se um total de 151.785 escolas fechadas no Brasil, sendo 104.385 nos territórios rurais e 47.400 nos territórios urbanos.

*Tudo demorando em ser tão ruim...* (Caetano Veloso)

Na concepção do presente estudo, foram colocados em diálogo o professor Miguel Arroyo e o cientista social José Luís Álvaro García Linera, por compreenderem que seus artigos tratam da mesma compreensão sobre o momento presente, cada um no seu campo, indicando um *sendero* no meio do escuro da noite densa que o país ainda atravessará por um bom tempo.

Textualmente, adverte Arroyo (2023, p. 5):

As democracias vêm se revelando um sistema precário obrigado a se defender cada dia das estruturas autoritárias políticas e sobretudo econômicas. Uma consequência radical para a gestão democrática da educação: reconhece que os direitos democráticos à educação estão sob ameaças, que o próprio sistema democrático é precário, obrigado a se defender cada dia ou que seu desmonte será inseparável do desmonte do Estado Democrático de Direitos.

As novas políticas de Educação do Campo instituídas na primeira onda progressista (2003-2015) foram as políticas que as elites do capital financeiro, em aliança com o capital

agrário, suportaram. A qualidade das relações dos movimentos populares com o Estado também foram relações suportáveis. Dessa feita, vale questionar: qual o *quantum* de diálogo suportável nesta quadra de reconstrução dos pilares democráticos, após terem experimentado o conforto das estruturas autoritárias na política e na economia? Também na educação?

O circuito da História abriu uma fenda, no tempo presente, graças à organização e luta das forças progressistas e populares que ali colocaram uma frágil cunha.

García Linera (2022 p. 22), acerca desta segunda onda progressista, alerta que se faz essencial e determinante

*[...] reconocer no solo una gestión institucional adecuada, sino de intentar construir certezas, de forjar un proyecto popular transformador, en el que los pueblos sean los protagonistas, ya que si bien las izquierdas no tienen claridad programática ante un momento tan excepcional como el que vivimos, las derechas tampoco, más bien recurren al viejo y deslegitimado mantra de que el mercado es capaz, como teología profana, de solucionar los problemas sociales por medio de su autorregulación.*

Nesta atual fase, caracterizada por um verdadeiro combate entre as forças do capital – sobre a apropriação da natureza, dos fundos públicos e sobre o ideário da sociedade, cujo intento se sustenta sobre o conservadorismo e o autoritarismo, sem escrúpulos – e as forças do polo do trabalho, organizadas em movimentos sociais, sindicais e organizações populares, não basta reconhecer os limites das formas de atuação que ensejaram importantes conquistas nos períodos da primeira onda progressista. É relevante ter consciência sobre a complexidade do tempo presente e preparar-se para um enfrentamento prolongado, desde as experiências acumuladas.

Resistir neste enfrentamento prolongado para não permitir o aniquilamento de um fato histórico inquestionável: mais de um milhão de famílias de camponeses que conquistaram terra, território, direito ao conhecimento e dignidade, por meio das políticas de acesso à terra constituem-se em uma das maiores conquistas da sociedade brasileira dos últimos 40 anos. A par disso, desencadearam um processo virtuoso de valorização da cultura no campo, no diálogo entre os conhecimentos do próprio povo, os conhecimentos de sua ancestralidade e os conhecimentos da academia, dos quais foram historicamente apartados.

Assim como os territórios de Reforma Agrária, a agricultura familiar brasileira revela, por todos os tempos, uma capacidade inquestionável de adaptação às mudanças, frente ao modelo do agronegócio predador da natureza e da força de trabalho. A agricultura familiar

envolve, hoje, cerca de 16 milhões de pessoas produzindo alimentos. Em termos de valor de produção, os dados do Censo Agropecuário 2017-2018 indicam que a sua produção gerou receita de R\$ 106,5 bilhões (23% do total), mesmo sob o contexto de baixo financiamento estatal, baixa oferta de assistência técnica e acesso às tecnologias (Rosa Neto; Silva; Araújo, 2020).

Tem-se, portanto, os grandes desafios para a Educação do Campo, neste prolongado enfrentamento que se consolida na sociedade brasileira e em relação ao Estado e às políticas públicas. Assim, questiona-se: quais são as novas tarefas histórico-políticas que a Educação do Campo deverá assumir para se manter à altura daquilo que as organizações de caráter popular no campo, pela sua própria iniciativa e qualidade, tiveram o poder de instituir?

Conclui-se o presente artigo na mesma semana em que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) aprovou um Projeto de Lei (PL) que permite a concessão à iniciativa privada da gestão administrativa e de infraestrutura de 204 escolas estaduais em 110 municípios. Além do Estado do Paraná, outros Estados também avançam em projetos para a gestão privada das escolas públicas, entre outras iniciativas já comprovadamente fracassadas em outros países, na busca da apropriação das escolas pelas empresas (Freitas, 2024).

Neste particular, o tema sobre a função social da educação escolar e os mecanismos democráticos sob os quais a escola deve submeter-se, para além da burocracia impermeável do Estado e da ameaça fundamentalista das forças da (ultra) direita, ainda aguarda aprofundamento da parte da Educação do Campo se quiser enfrentar, para além dos instrumentos até hoje utilizados, o fechamento de escolas no campo, além de criar as condições para a construção e implementação de novas escolas. No substantivo e no adjetivo tem-se a função social da educação escolar associada aos desafios advindos do campo popular, do polo do trabalho do campo.

Enunciados os elementos centrais de um balanço preliminar e analisadas suas implicações para o processo de consolidação da Educação do Campo nas políticas públicas, conclui-se pela necessidade de qualificação da compreensão coletiva sobre a natureza do enfrentamento a ser feito, bem como dos instrumentos político-organizativos em face das batalhas definitivas que a caracterizam como sendo DO campo. No campo, nas escolas, nas



instituições de ensino, é preciso atualizar a agenda da educação frente à ofensiva, sobre novas bases, do capital aliado com o autoritarismo e o conservadorismo – seus irmãos gêmeos. Fazê-la sem medo das instituições; com um pé no Estado e outro pé junto ao povo do campo, das águas, das florestas e das suas lutas, que é onde definitivamente a sabedoria coletiva aconselha o agir para tempos conflagrados.

*É preciso estar atento e forte / não temos tempo de temer a morte.*

*Atenção! Precisa ter olhos firmes*

*Pra este Sol/ Para essa escuridão (Caetano Veloso)*

## Referências

II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Por uma Política Pública de Educação do Campo: Declaração final. Luziânia, GO, 2-6 ago. 2004. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; KOLLING, Edgar Jorge; ROCHA, Eliene Novaes; MOLINA, Mônica Castagna; CALDART, Roseli Saete (Orgs.). **Dossiê Educação do Campo**: documentos 1998-2018. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2020. 435 p. ISBN 9788523008949.

ARROYO, Miguel. Reconstruir o Estado de Direitos. Reinventar outra gestão do direito à outra educação. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 1-24, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol39n12023.134291>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/134291/90804>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, DF, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012**. Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; altera a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2012/Lei/L12695.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2012/Lei/L12695.htm). Acesso em: 10 jul. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Mais um relatório sobre a privatização não convence. **Blog do Freitas**, [s. l.], 7 jun. 2024. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2024/06/07/mais-um-relatorio-sobre-a-privatizacao-nao-convence/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

*Os 20 anos da II Conferência Nacional da Educação do Campo e a batalha cultural no campo, na educação e nas políticas públicas, pela garantia de direitos*

GARCÍA LINERA, José Luís Álvaro. **La política como disputa de las esperanzas**. Buenos Aires: CLACSO, 2022. ISBN 9789878131610.

ROSA NETO, Calixto; SILVA, Francisco de Assis Correa; ARAÚJO, Leonardo Ventura de. Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia? **Notícias**, EMBRAPA, Rondônia, 8 set. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>. Acesso em: 10 jul. 2024.

## **Sobre a autora**

### **Clarice Aparecida dos Santos**

Professora adjunta da Universidade de Brasília. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana. Membro da Coordenação do Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC. Atualmente é Coordenadora do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA/Incra/MDA.

Email: [claricesantos61@gmail.com](mailto:claricesantos61@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3643-6909>

Recebido em: 31/10/2024

Aceito para publicação em: 01/11/2024